



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

FELIPE WENDERSON MARTINS DA SILVA

**MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NO ESTADO DO TOCANTINS: ENTRE FACES E RELATOS**

Tocantinópolis /TO

2022

FELIPE WENDERSON MARTINS DA SILVA

MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO ESTADO DO TOCANTINS: ENTRE FACES E RELATOS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia e aprovado em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Orientadora: Professora Dr^a. Fabíola Andrade Pereira.

Tocantinópolis /TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586m Silva, Felipe wenderson Martins da Silva .
Mapeamento sistemático dos sujeitos da EJA no Estado do
Tocantins : Entre fatos e relatos . / Felipe wenderson Martins da Silva
Silva. – Tocantinópolis, TO, 2022.
51 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Fabíola Andrade Pereira

1. Educação de Jovens e Adultos . 2. Mapeamento sistemático .
3. Ensino. 4. Aprendizagem . I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FELIPE WENDERSON MARTINS DA SILVA

MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NO ESTADO DO TOCANTINS: ENTRE FACES E RELATOS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT –
Universidade Federal do Norte do Tocantins –
Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de
Pedagogia, para obtenção do título de licenciatura
em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela
Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 20 / 09 / 2022

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Fabíola Andrade Pereira (Orientadora, UFNT)

Prof. Dr. Nataniel, da Vera-Cruz Gonçalves Araújo (Examinador, UFNT)

Prof. Dr. Adriano Filipe Barreto Grangeiro (Examinador, UFNT)

Tocantinópolis /TO
2022

Dedico este trabalho a Deus por ter me dado força e coragem para chegar até aqui. À minha mãe, mulher forte e valente que criou seus sete filhos sozinha quebrando coco e ainda assim, depois de adulta, por meio da EJA terminou os seus estudos. Aos jovens e adultos que assim como minha mãe não tiveram a oportunidade e as condições de terminar os estudos na idade apropriada, mas que não desistiram dos seus sonhos e por meio da EJA contrariaram as estatísticas e mudaram a sua realidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de viver esse momento, por ter me dado saúde, coragem e determinação ao longo da minha trajetória acadêmica.

À Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, seu corpo docente, administrativo e terceirizados, que de forma direta ou indireta contribuíram no processo de construção da minha identidade profissional e humana.

Ao movimento estudantil da UFT por ter me acolhido e me permitido viver tantas experiências incríveis.

Ao professor Nataniel da Vera Cruz e à professora Francisca Lopes, que sempre com muito entusiasmo me traziam palavras de incentivo e perseverança.

À minha orientadora Fabíola Andrade a qual tenho profunda admiração. Minha eterna gratidão por todos os ensinamentos, dedicação e por ter me apresentado o universo da Educação de Jovens e Adultos.

À banca examinadora, professor Nataniel e professor Adriano Filipe pelas contribuições realizadas.

Aos meus amigos Joyce, Valéria, Veronica, Milena, Kenneth, Marilda, Mireli, Mirelen, Elizete, André e Kathucya pela força e por compartilharem comigo os melhores e piores momentos da minha vida no decorrer da graduação.

E, por fim, à minha família, em especial minha mãe Laudiceia Martins que sempre foi motivo de inspiração para que eu não desistisse no meio do caminho, a minha irmã Moara Martins que sempre esteve ao meu lado independente de qualquer dificuldade, e aos meus sobrinhos Maxsuell e Moana que encheram a minha vida de alegria e foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

“Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

(Paulo Freire: 1982)

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada e que de alguma forma foram excluídos do processo de escolarização. Neste sentido, o presente trabalho traz como temática o mapeamento sistemático dos sujeitos da EJA no Estado do Tocantins e busca de forma objetiva entender como se dá esse processo. De maneira específica, pretende-se conhecer os marcos históricos da Educação de Jovens e adultos no Tocantins, compreender a EJA no Estado, identificar a estrutura organizacional das escolas que atendem essa modalidade de ensino, mapear programas e projetos destinados a formação de professores da mesma e apresentar dados específicos sobre os sujeitos da EJA. Metodologicamente o trabalho está pautado na realização de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e descritivo, onde foi analisado por meio de livros, artigos e alguns documentos oficiais que regem a Educação no Brasil a respeito de tal abordagem, a fim de analisar o ensino e aprendizagem da modalidade Educação de Jovens e Adultos no Estado do Tocantins, a exemplo dos estudos de Paulo Freire, Alves (1996), Brasil (2000), Cortez (2001), Soares (2002), Araújo (2010), dentre outros. A partir do levantamento bibliográfico realizado, conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos no Tocantins é bastante primária, assim como o próprio Estado, mas que é realizado um trabalho primordial com o intuito de fortalecer essa modalidade de ensino, e fomentar a sua difusão. Mas cabe ressaltar que ainda há muito a ser feito, muitos jovens e adultos ainda não tiveram a oportunidade de voltar a sala de aula e concluir os seus estudos, falta investimento em formação para os professores, salários dignos, material didático, programas de acesso e permanência desses sujeitos na escola, e principalmente, é preciso que haja uma ruptura do preconceito que ainda impera no que diz respeito a essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ensino. Mapeamento sistemático.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) is a teaching modality aimed at young people and adults who did not have access to education in the conventional school at the appropriate age and who were somehow excluded from the schooling process. In this sense, the present work has as its theme the systematic mapping of EJA subjects in the State of Tocantins and it seeks to objectively understand how this process takes place. Specifically, it is intended to know the historical landmarks of Youth and Adult Education in Tocantins, understand EJA in the State, identify the organizational structure of schools that serve this type of education, map programs and projects aimed at training teachers of the same and to present specific data about the subjects of the EJA. Methodologically, the work is based on carrying out a bibliographic research of an exploratory and descriptive nature, where it was analyzed through books, articles and some official documents that govern Education in Brazil regarding such an approach in order to analyze the teaching and learning of Youth and Adult Education modality in the State of Tocantins, following the example of studies by Paulo Freire, Alves (1996), Brazil (2000), Cortez (2001), Soares (2002), Araújo (2010) among others. From the bibliographic survey carried out, it is concluded that Youth and Adult Education in Tocantins is quite primary, as is the State itself, but that a primordial work is carried out with the aim of strengthening this type of education, and promoting its diffusion. But it should be noted that there is still a lot to be done, many young people and adults have not yet had the opportunity to return to the classroom and complete their studies, there is a lack of investment in teacher training, decent salaries, didactic material, access programs and permanence of these subjects in school, and above all, there must be a rupture of the prejudice that still prevails with regard to this type of education.

Key-words; Youth and Adult Education. Systematic mapping. Teaching.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resoluções e Normativas que fundamentam a EJA no Tocantins.....	35
Tabela 2 - Alunos atendidos pelo programa ABC da Cidadania - Diretorias Regionais de Ensino.....	44

LISTA DE SIGLAS

- CEAA** - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
- CEB** - Câmara de Educação Básica
- CEE** - Conselho Estadual de Educação
- CEJA** - Centro de Educação de Jovens e Adultos
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- CNER** - Campanha Nacional de Educação Rural
- CONFINTEA** - Conferência Internacional de Educação de Adultos
- DEED** - Diretoria de Estatísticas Educacionais
- DRE** - Diretoria Regional de Ensino
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- FNEP** - Fundo Nacional do Ensino Primário
- FUNDEB** - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IF** - Instituto Federal
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases
- LDBEN** - Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
- MEB** - Movimento de Educação de Base
- MEC** - Ministério da Educação
- MOBRAL** - Movimento Brasileiro de Alfabetização
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PAR** - Plano de Ações Articuladas
- PBA** - Programa Brasil Alfabetizado
- PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PEE/TO** - Plano Estadual da Educação do Tocantins
- PES** - Planejamento Estratégico da Secretaria
- PLC** - Projeto de Lei Complementar
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- SEDUC** - Secretaria de Estado da Educação

SEDUC/TO - Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do estado do Tocantins

SESI - Serviço Social da Indústria

TO - Tocantins

UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de matrículas na EJA - Tocantins - 2016 - 2020.....	49
Figura 2 - Número de matrículas na EJA de nível fundamental e médio segundo a dependência administrativa e a localização - Tocantins - 2020.....	50
Figura 3 - Número de matrículas na EJA segundo a faixa etária e o sexo - Tocantins - 2020.....	51
Figura 4 - Percentual de matrículas na EJA de nível fundamental e médio segundo a cor/raça - Tocantins 2020.....	52

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Tocantins com as diretorias regionais.....	41
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EJA NO BRASIL	20
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO TOCANTINS	31
3.1 Resoluções e normativas que fundamentam a EJA no estado do Tocantins.....	34
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	39
4.1 Regionais de ensino.....	42
5. PROGRAMAS E PROJETOS DESTINADOS À EJA NO TOCANTINS.....	42
5.1 EJA/PBA.....	42
5.2 Programa ABC.....	44
6. DIAGNOSTICANDO A EJA NO TOCANTINS: ANÁLISES E REFLEXÕES....Erro! Indicador não definido.	45
7. CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

A Educação é a porta de entrada para as descobertas do universo do conhecimento, por meio dela é possível viajar sem precisar sair do lugar, ter acesso a outras culturas, promover a libertação e até mesmo alçar voos mais altos. O direito a educação pública e de qualidade é assegurado a todo indivíduo por meio da Constituição Federal, é dever do estado promover políticas públicas que atendam às necessidades de cada sujeito independente das suas particularidades. Nesse sentido, nos atentaremos neste trabalho para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais precisamente para o perfil dos estudantes da EJA no estado do Tocantins.

A EJA é uma modalidade de ensino conquistada com muita luta e que passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, mas que veio para fazer com que se cumpra o que está na constituição no que tange a Educação para todos. Ela é uma ferramenta indispensável no processo de ensino e aprendizagem de milhões de brasileiros. Por meio dela é possível oportunizar uma nova chance aos sujeitos que infelizmente não tiveram condições de iniciar ou concluir seus estudos na idade apropriada. O interesse pelo tema em questão surgiu a partir de algumas inquietações ocorridas ainda na minha infância quando eu observava a minha mãe quebradeira de coco, solteira, no auge dos seus trinta e pouco anos de idade chegando cansada em casa depois de um longo dia de trabalho, tomando aquele banho rápido, as vezes sem comer nada, pegando o seu caderno, despedindo-se de nós e indo para a escola, em busca de um futuro que foi interrompido ainda na sua juventude. Mas até então eu ainda não entendia muita coisa, sempre ficava esperando ela voltar para casa, me perguntando o porquê de todas as noites ela nos deixar sozinhos.

Quando cheguei na Universidade ao cursar a disciplina de Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia essas lembranças que estavam guardadas no meu subconsciente vieram todas à tona, ocasião em que comecei a descortinar alguns olhares sobre essa temática ainda pouco discutida na própria universidade. Além disso, esse desejo se intensificou ainda mais por meio da realização do Estágio Supervisionado em algumas turmas da EJA em uma escola da comunidade,

momento esse em que senti a necessidade de ampliar a compreensão e equacionar algumas dúvidas.

Ainda no estágio, por ocasião das conversas informais com alunos e professores foi possível compreender a importância de se entender os determinados aspectos dessa realidade educacional que a EJA apontava. Lá foi possível fazer as conexões devidas com a Disciplina da EJA, o que me ajudou a ver a realidade de maneira mais atenta e articulada. Foi lá que vi o quão necessário era ver e ouvir para, então, organizar, conhecer e planejar o ensino de forma a atender essa demanda em suas especificidades.

Por isso, cabe ressaltar a importância que a EJA possui para a vida de muitas pessoas que não tiveram acesso a escolarização no momento oportuno. Este trabalho trata disso, busca trazer à tona elementos que nos permitirão, conhecer a temática, ampliar nossa compreensão e fomentar políticas públicas para que a educação alcance todos os indivíduos. Para isso, procuro apresentar uma breve contextualização acerca dessa temática afim de mostrar ao leitor as especificidades desta modalidade de ensino. Trata-se de uma etapa da educação básica (ensino fundamental como para o ensino médio) e embora tenha essa nomenclatura ela não exclui pessoas idosas sendo inclusive um público em potencial para as suas atividades.

Assim, com este trabalho, busco realizar um mapeamento sistemático da EJA no estado do Tocantins, e para isso procuro de maneira específica, compreender a EJA no Tocantins; conhecer os marcos históricos da EJA no Tocantins; identificar a estrutura organizacional das escolas da EJA no Tocantins; mapear os programas e projetos destinados a EJA no Tocantins; e por fim, apresentar dados dos alunos da EJA no estado do Tocantins que nos permitirão traçar o perfil desses sujeitos e compreender a sua realidade.

Para fins de esclarecimento, convém pontuar que metodologicamente este trabalho faz uso da abordagem qualitativa, é de caráter bibliográfico e de natureza descritiva e documental. Sendo que esta abordagem de pesquisa, e mesmo o seu caráter e natureza consentem em estabelecer uma compreensão esclarecedora do objeto de estudo (BOGDAN; BIKLEN, 1994). O trato com os dados seguiu a técnica da pesquisa interpretativa (ERICKSON, 1985), o que foi possível por meio dos

documentos utilizados e materiais disponibilizados pela Gerencia de Educação de Jovens e adultos, departamento ligado à Secretaria de Educação do estado do Tocantins (SEDUC).

Além disso, vale destacar a sua importância sendo, portanto, os dados gerados a partir da revisão de literatura feita por meio dos artigos, livros e documentos referentes a Pedagogia, EJA e legislação no Tocantins, no formato on-line bem como nos impressos. Após isso, foram categorizados e sistematizados, e por fim analisados, de acordo com a perspectiva da pesquisa interpretativa e a base teórica utilizada nesta investigação.

Nesse sentido, este trabalho está dividido em 6 (seis) seções. Na primeira seção abordo a introdução do trabalho com a elaboração de breve uma contextualização sobre a importância da EJA na formação do perfil dos sujeitos atendidos por esta modalidade de ensino no estado do Tocantins. Discorro sobre os interesses que despertaram em mim o desejo em discutir a seguinte temática e os objetivos que pretendo alcançar ao final desta investigação. Além disso, explico a respeito da metodologia utilizada como método investigativo para a realização da pesquisa, estudo do material encontrado, organização e análise dos dados coletados.

Na segunda seção faço uma breve contextualização da EJA atrelada à luta pelo direito do acesso à Educação de qualidade a todos e todas independente de suas especificidades. É realizado um recorte histórico da EJA no Brasil iniciando-se na década de 30 com a proclamação da república, passando pelos governos Washington e Vargas e pela constituição de 1934, que estabeleceu pela primeira vez na história do Brasil um plano nacional de educação onde indicava a responsabilidade do Estado sobre a oferta gratuita de educação para adultos. As transformações políticas e pedagógicas da década de 1940 que ampliaram significativamente a EJA no país. A década de 1950 com as campanhas de EJA que sofreram duras críticas posteriormente e abriram espaço para um novo paradigma pedagógico para a EJA, tendo como referência Paulo Freire na década de 1960, passando pelo Golpe Militar, onde os avanços obtidos até então retrocederam, pois eram tidos como ameaça ao governo. O início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) na década de 1970, o ensino supletivo e a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação (LDB) nº 5692/1971. Na década de 1980 com o fim dos governos militares e a volta da democracia, iniciou-se uma nova era para a EJA no Brasil, foi um período muito importante de avanços e conquistas. Na década de 1990 o ensino fundamental passou a ser constitucionalmente garantido de forma obrigatória e gratuito àqueles que não tiveram acesso à Educação na idade apropriada. E por fim os anos 2000, que marcaram de forma significativa a expansão da EJA no Brasil.

Na terceira seção trago a EJA no estado do Tocantins. Inicialmente fazendo um estudo sobre a modalidade de ensino no estado, vislumbrando entender como aconteceu o processo de implantação da mesma, e posteriormente busco compreender como ela está hoje. Além disso, realizo um mapeamento das resoluções e normativas que fundamentam a EJA no estado.

A quarta seção diz respeito à estrutura organizacional da EJA no estado do Tocantins. Nela busco fazer um levantamento das regionais que são responsáveis por organizar toda a rede de ensino de norte a sul do estado.

Na quinta seção dirijo-me aos programas e projetos destinados a EJA no estado do Tocantins. Alguns projetos de certa forma contribuíram para que a EJA se firmasse como modalidade de ensino no estado e foram significativamente fundamentais para que houvesse a sua expansão e, conseqüentemente, conseguisse atender o maior número de alunos possível.

Na sexta seção efetuo um levantamento de alguns dados dos alunos atendidos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Tocantins fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados estão relacionados com o número de matrículas dos alunos na EJA, o seu segmento, idade, sexo, cor da pele, origem e a diminuição da procura ocorrida nos últimos anos. Por fim, após as análises desses dados realizo um diagnóstico dos alunos atendidos pela EJA no estado do Tocantins. Nela é possível perceber que esses sujeitos na maioria das vezes não tiveram oportunidade e condições de iniciar ou concluir os estudos na idade apropriada, são pessoas em sua grande maioria de baixa renda, que trabalham o dia inteiro, mães e pais de família que vislumbram por meio da EJA a oportunidade de concluir os estudos na esperança de melhores condições de vida. Nesse sentido, por meio deste trabalho

de conclusão de curso convido o leitor a viajar no universo da EJA no estado do Tocantins.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A luta pelo direito a EJA está atrelada à história da Educação no Brasil. Desde sempre se fala no direito a alfabetização para todos os cidadãos brasileiros. Luta-se, portanto, por oportunidades educativas voltadas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem como, por exemplo, leitura, escrita, expressão oral, cálculo e solução de problemas de todas e todos, independentemente da idade.

Historicamente a EJA começa no Brasil com a chegada dos jesuítas, que se dedicavam a catequizar os indígenas com o intuito de propagar os saberes religiosos, e, de certa forma, tê-los sob o seu domínio. Para que os indígenas fossem catequizados, primeiramente era fundamental que eles aprendessem a língua portuguesa, isso facilitava a comunicação entre eles e a compreensão dos ensinamentos da Igreja Católica. Porém, com a chegada da família real no Brasil e a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional vigente na época entra em declínio, tendo em vista que o império passa a assumir essa reponsabilidade.

No entanto com a proclamação da República em 1889 até a decomposição do governo Washington Luiz como consequência da Revolução de 1930, período este conhecido como a Primeira República, o Brasil passou por um período conturbado e transitivo. Com a revolução de 1930 se finda o período conhecido como a Primeira República e inicia-se a Era Vargas, nesse mesmo período o Brasil passou por uma nova estruturação urbano industrial, sendo assim surgiu uma nova configuração do capital. Este processo alterou significativamente as exigências referentes à formação, qualificação e diversificação da força de trabalho (FRIEDRICH et al., 2010). Desse modo, o que se tinha por educação vigente na época era simplesmente controlado pela elite brasileira, eram eles quem determinavam o que iria ser ensinado aos sujeitos, sempre levando em consideração as suas ideologias e o controle social da classe trabalhadora que vivia sob um regime de exploração.

A constituição de 1934 estabeleceu um plano nacional de educação que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória extensiva para adultos.

A década de 1940 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a EJA, a criação e regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o surgimento das primeiras obras dedicadas ao supletivo por exemplo.

Esse conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como sendo uma questão nacional. Em 1946 com a instalação do Estado nacional - desenvolvimentista houve um deslocamento do projeto político no Brasil, passando do modelo agrícola e rural para um modelo industrial e urbano que gerou a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada. Com o fim da Era Vargas em 1945 o país viveu uma efervescência política de redemocratização.

A Segunda Guerra Mundial recém terminara e a Organização das Nações Unidas (ONU) alertava para a urgência de integrar os povos visando a paz e a democracia. Tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação complementar comum. Nesse período a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) lançada em 1947 (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

Surge assim uma rede de ensino supletivo. Neste ano também, o Ministério da Educação (MEC) promoveu a campanha de EJA, o qual possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva e planos de ação em profundidade com a capacitação profissional e atuação junto à comunidade. Em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada a CEAA. Em 1963 foi extinta juntamente com as outras campanhas até então existentes.

Em 1958 foi realizado o II Congresso Nacional de Educação Jovens e Adultos objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão. No final da década de 1950 as críticas à CEAA dirigiam-

se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica.

Todas essas críticas convergiram para uma nova visão e um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos nos anos 1960, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire. Na década de 1960 com o Estado associado à Igreja Católica, um novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos. (COLAVITTO e ARRUDA, 2014)

No entanto, com o Golpe Militar em 1964 todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores foram duramente reprimidos. Movimento este substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) de caráter mais assistencialista e conservador. O Movimento de Educação de Base (MEB), sobreviveu por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica (STRELHOW, 2010).

Todavia, devido as pressões e a escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966. A década de 1970, ainda sob Ditadura Militar, marca o início das ações do MOBRAL, que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. O programa passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças (STRELHOW, 2010).

O ensino supletivo criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71) (BRASIL, 1971) foi um marco importante na história da EJA no Brasil. Foram criados os centros de estudos supletivos em todo o país com a proposta de ser o modelo de Educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização, um dos principais marcos da EJA no Brasil.

Na década de 1970 foi a LDB nº 5692/1971, que estabeleceu pela primeira vez na história um capítulo específico para a EJA. Esta lei, apesar de reconhecer a EJA como um direito à cidadania, limitou o dever do Estado à faixa etária de 7 a 14 anos.

Na década de 1980 a sociedade brasileira viveu importantes transformações sócio-políticas com o fim dos governos militares e a retomada do processo de

democratização, período marcado pela campanha nacional a favor das eleições diretas em 1985, nesse mesmo período o MOBREAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar e o contexto da redemocratização possibilitou a ampliação de atividades da EJA (VIEIRA, 2004).

Estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos, a nova constituição de 1988 trouxe importantes avanços para EJA. O ensino fundamental obrigatório e gratuito passou a ser garantia constitucional para os que não tiveram acesso na idade apropriada a Educação na década de 90.

Fica óbvio que “a exclusão tanto de crianças como jovens e adultos é um problema a ser trabalhado visto que, todos devem ter direito a Educação e a cidadania” (PAIVA, 2008, p. 6). Assim, compreende-se cidadania no sentido de assistir apenas um lado da sociedade em relação ao restante, propiciando com que haja muitas desigualdades no Brasil. Nesse sentido, Frigotto (2010) contribui afirmando que no nosso país há uma dualidade, onde existe uma separação de classe, posto que uns são mais favorecidos do que outros no que tange ao direito a Educação e cidadania, na mesma proporção que a outra fica à margem da sociedade.

Trazendo como referência a questão do direito à Educação, acesso e inserção, é sabido que a integração de milhares de jovens bem como de adultos no tocante ao acesso à Educação com oportunidades educativas, tem como primazia a escolarização básica obrigatória, gratuita, pública e com qualidade, anexado às práticas que objetivam a formação de adultos e jovens, para que então possam assumir o mundo de trabalho, oportunizando que os trabalhadores deixem a condição de classe dominada pelo mundo capital (MOLL, 2010).

Cabe mencionar ainda que é de suma importância que o educador conheça o aluno e suas limitações, para que assim possa contribuir para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Nesse sentido, podemos citar também a contribuição da Colello (2004) no que tange à necessidade de conhecer o aluno para o enfrentamento dos desafios da alfabetização, juntamente com a promoção de um “clima pedagógico facilitador do processo de aprendizagem”: Segundo ele:

[...] devemos considerar a necessidade de melhor conhecer o aluno e os processos cognitivos próprios da criança para melhor adaptar a ação pedagógica às particularidades, significados e necessidades daquele que aprende. A interferência pedagógica eficaz depende fundamentalmente desse conhecimento. (...) O melhor clima educacional é aquele que abre horizontes, que desvenda temas, que instaura perguntas e desequilíbrios capazes de forçar o indivíduo a encarar o mundo com diferentes olhos. A aprendizagem requer uma postura de abertura, de interlocução e de intercâmbio, nas quais abrimos mão das nossas concepções mais primitivas, admitindo suas contradições e fraquezas, para considerar outras possibilidades mais evoluídas, tantas quanto forem possíveis em cada estágio do saber e do desenvolvimento. (COLELLO, (2004, p.103).

Apesar de entendermos que a referência da autora esteja compenetrada na pedagogia da escrita na infância, é possível compreender que qualquer processo educativo parece igualmente válido para o Ensino de Jovens e Adultos. Assim, pode-se afirmar que os programas de EJA estarão predestinados ao fracasso se não levarem em conta a necessidade de conhecer esse sujeito analfabeto a partir da convivência com ele, e não apenas de forma teórica e formal (GADOTTI, 2001).

Assim, é possível dar início a uma construção crítica no tocante a uma consciência da realidade dos envolvidos no processo de Educação (GRAMSCI, 2004), sendo que, para isso, a história da modalidade EJA une teoria e prática na promoção de uma sociedade preocupada com empatia e igualdade, dando oportunidade para que todos possam aprender, independente da faixa etária ou condição social.

Partindo deste pressuposto, a atenção será focada nos aspectos relacionados a EJA que marcaram o início dos anos 2000 aos dias atuais. Esse recorte se justifica em razão de empreendermos esforços para mapear a realidade dessa modalidade em nosso estado no período mencionado.

No ano de 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o programa Brasil Alfabetizado, incluindo nele o Projeto Escola de Fábrica voltado para cursos de formação profissional, o PROJOVEM com foco na qualificação para o trabalho voltado para ações comunitária e o PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para jovens e Adultos (VIEIRA, 2004).

Alguns anos depois, em 2007 o MEC aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando assim todas as modalidades de ensino a fazerem parte dos recursos financeiros destinados à

Educação (BRASIL, 2007).

Em 2009 ocorre no Brasil, na cidade de Belém a VI CONFINTEA¹ (Conferência Internacional de Educação de Adultos).

Importante mencionar que as CONFINTEAS, promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tornaram-se uma “vitrine para a educação de adultos”, nas palavras de Joachim H. Knoll. Esse marco se dá pelo fato de que foi a primeira CONFINTEA que aconteceu no Hemisfério Sul, e principalmente por ter ocorrido mais precisamente no Brasil, na cidade de Belém, estado do Pará, região Norte do país, nos dias 01 (um) a 04 (quatro) de dezembro do ano de 2009, antecedido por um intenso movimento de preparação que envolveu todas as regiões brasileiras. Os objetivos desta conferência eram reavaliar os principais pontos discutidos na conferência realizada anteriormente, reafirmar os compromissos firmados que não foram assumidos integralmente e ressaltar a importância da criação de mecanismos de advocacia para a educação de adultos (Brasília: UNESCO, 2014).

O tema “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos” foi adotado pela CONFINTEA VI. Na oportunidade, Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO, na mensagem de abertura, faz um desafio preocupante: segundo ela “a aprendizagem de jovens e adultos falta suficiente apoio político. Sendo uma das seis metas mais menosprezados da Educação para Todos, adotadas pela comunidade internacional em 2000”. Também na oportunidade, Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil na época e presidente da Conferência, destacou que: “A Educação é um direito que abre as portas de acesso a outros direitos”. Isso significa dizer que o acesso à Educação gratuita e de qualidade é um direito constitucionalmente garantido a todos, e que por meio dela o indivíduo tem oportunidades de melhores condições de vida, como por exemplo, um emprego melhor com salário e condições adequados, acesso à cultura e lazer, melhoramento da autoestima, oportunidade de ingressar no ensino superior, dentre outras.

Assim, destaco os resultados macro desta conferência, que em certa medida ampliam nossa compreensão sobre a temática e configuram-se como um importante

¹ I CONFINTEA - Dinamarca,1949; II CONFINTEA - Montreal,1963; III CONFINTEA - Tóquio,1972; IVCONFINTEA - Paris,1985; V CONFINTEA - Hamburgo,1997; VI CONFINTEA - Brasil, 2009.

alerta. Veja:

- ✓ *Aprovação do “Marco de Ação de Belém”, documento final da Conferência: importância de ler e entender o Documento, no contexto do Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos – GRALE (Global Report in Adult Learning and Education).;*
- ✓ *O Documento estabelece recomendações e fortalece metas já estabelecidas por outras agendas internacionais, como: Educação para Todos – EPT (Education for All – EFA) - Década das Nações Unidas da Alfabetização (2003 – 2012);*
- ✓ *United Nations Literacy Decade – UNLD Em 2007 foi criada a Agência coordenadora da UNESCO da Década da Educação, um grupo de 20 peritos/especialistas em alfabetização e áreas afins;*
- ✓ *Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento – Literacy Initiative for Empowerment – LIFE (2006-2015).*
- ✓ *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs – 8 jeitos de mudar o mundo.*

Importante frisar que este não foi um momento onde o Brasil apenas realizou um chamado para seus estados, bem como para toda a sociedade, para que ambos voltassem os olhares para essa modalidade de ensino tão negligenciada e que busca atender mulheres e homens, adultos e jovens, que na sua grande maioria são sujeitos trabalhadores que tentam obter por meio dos estudos, melhores condições de vida.

Assim retorno ao assunto no que tange a importância da EJA, que se dá por conta de ser considerado como um dos tipos de serviço da educação especial, porque objetiva criar oportunidades para pessoas adultas ou mesmo para jovens a partir de 15 (quinze) anos, que estão fora da faixa etária para salas de aula convencional ou que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio no tempo certo.

Um fato de suma importância no que diz respeito ao diagnóstico que foi apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde os

anos de 1996 até os anos de 2006, reforçando que, ainda que os índices de analfabetismo tenham diminuído de maneira significativa, há muito que se fazer para que o analfabetismo funcional não cresça aceleradamente uma vez que, o índice pode ser reflexo da ineficiência das políticas públicas educacionais aplicadas até o momento.

Cabe ressaltar que os alunos da EJA podem experimentar dois sentimentos antagônicos: o desejo de se alfabetizar, e de acreditar que deve se alfabetizar. Se a EJA não levar em consideração estes temores do alunado frente a possibilidade da sua descaracterização social, o processo de ensino - aprendizagem pode resultar como mencionado anteriormente, em um fracasso. Concomitantemente em que apresenta as possíveis resistências ao processo de alfabetização, COLELLO (2004b, p. 50) oferece nesse sentido, algumas possibilidades de superação. Vejamos:

Na prática, a desconsideração dos significados implícitos do processo de alfabetização – o longo e difícil caminho que o sujeito pouco letrado tem a percorrer (...) – acaba por expulsar o aluno da escola, um destino cruel, mas evitável se o professor souber instituir em classe uma interação capaz de mediar as tensões, negociar significados e construir novos contextos de inserção social. (COLELLO, 2004b, p. 50).

“Importante mencionar que essa condição de jovens e adultos, sempre existiu, porém com outros nomes e que cada vez mais deve-se buscar valorizar este tipo de modalidade de ensino para que possamos oportunizar uma infinidade de situações a pessoas que não tiveram a chance de estar neste espaço comum de ensino, seja pelo fato de não ter condições financeiras para isso, ou por precisarem trabalhar, ou mesmo porque era mais necessário desenvolver alguma atividade do que estar frequentando presencialmente o espaço escolar” (GADOTTI, 2001, p. 32-33).

Assim, os estudantes da EJA são aqueles que têm percepção da necessidade de adequação ao mundo do trabalho, além de possuírem a vontade de completar os estudos e adquirir conhecimento, são sujeitos trabalhadores de estrato social popular, e por não disporem de tempo integral para se dedicarem aos estudos, em decorrência do trabalho que abrange pelo menos um dos três períodos diários

(matutino, vespertino ou noturno), grande parte desses estudantes veem na EJA a oportunidade de melhorar suas condições de vida (FUMIS et al., 2015).

A respeito da Educação diferenciada que se propõe na EJA, verificamos que são indivíduos geralmente em idade adulta que, na Educação contemporânea, o Estado, deverá investir criando situações e estruturas de ordem econômica e de ordem física para que isso não venha a se perder, uma vez que é possível perceber que no dia-a-dia cada vez mais se reduz a quantidade de pessoas adultas frequentando esse espaço. Muitos iniciam, mas acabam por desistir.

Nesse sentido, para trazê-los de volta à escola é necessário um conjunto de fatores. Além da confiança, a escola precisa rever algumas situações (currículo, metodologias, avaliação), além, é claro, de ser um espaço agradável, agregador e acolhedor para que os estudantes não desistam novamente.

Sobre essa escola, Freinet (1973) nos alerta que:

Os ensinamentos da escola se inscrevem definitivamente em nosso comportamento, na medida em que estejam vinculados à nossa vida profunda ou que respondam a nossas necessidades imperiosas, compreendida nossa necessidade de cultura. A escola é tanto mais eficaz na medida em que constrói sobre essas bases seguras que são a carne e o sangue, o espírito e a vida dos indivíduos. E que não nos equivoquemos: graças a que todos os educadores, seja qual for o método que adotem, aporem sua parte. (FREINET, 1973, p. 86).

Os educandos da EJA voltarão não só por conta de ter um certificado, mas também para reaproveitar a oportunidade do retorno educacional para então poder concorrer no mundo do trabalho, ou ao menos se fazer presente neste e conseguir aproveitar uma ou outra oportunidade com a melhor qualidade de serviço que passará a oferecer.

A implantação de serviço da EJA se torna cada vez mais invisível, por conta de muitas vezes não haver o investimento necessário à inclusão social, educacional e profissional de pessoas que estão fora da faixa etária ou que não tiveram a oportunidade de estudarem no tempo regular.

Uma vez que, na sociedade moderna, da qual fazemos parte, exige-se que os indivíduos consigam se locomover, entendam de economia, tenham acesso aos seus documentos pessoais, conheçam sobre as resoluções e normativas que regulamentam os seus direitos, sobretudo no que tange a uma educação de

qualidade, cultura e lazer, fazendo-se cumprir o que diz no Art. 205 da Constituição Federal, bem como o que expressa o Art. 2º da Lei nº 9394/96, que estabelece os fins da Educação, definindo também uma função social para a escola, que é a de promover o pleno desenvolvimento do educando, sua qualificação para o trabalho e seu preparo para a cidadania.

Nesse sentido, é de suma importância considerar que o professor que esteja à frente dessa sala de aula esteja inteirado de tais fatos, que tenha um olhar de acolhimento e sensibilidade, uma vez que ele vai lidar com demandas diversas, com histórias de vida, histórias sociais e profissionais que podem por vezes ser barreiras que dificultam o processo de andamento para esse sujeito aluno, pois de acordo com A. Kuenzer (2002), educandos e educadores devem trabalhar no sentido de objetivar as relações sociais e produtivas e a subjetividade, com vistas a proporcionar o domínio das diferentes linguagens, desenvolvendo o raciocínio lógico e tornando o aluno capaz de usar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos”.

Toda uma demanda de pessoas que não tiveram oportunidade em função do preconceito, por causa da exclusão social que dificultou esse acesso ou até mesmo por ter que optar por outras situações em algum momento de suas vidas, deixando a escola como segundo plano. Então é importante o investimento na EJA, que disponibilizem programas de formação de professor e cada vez mais se crie ferramentas que atraia esse estudante para que ele volte a fazer e se sentir parte do contexto educacional.

É importante fortalecer cada vez mais essa proposta para que ela seja compreendida como um serviço de extrema necessidade e relevância dentro do contexto educacional como qualquer outra modalidade de ensino ofertada no período noturno, e sendo cada vez mais atrativa para que o aluno se sinta motivado a participar, pois o mesmo estará indo para mais uma terceira jornada de trabalho. Lembrando que os perfis destes alunos são de pessoas com itinerários diversos, que acordam muito cedo, trabalham o dia inteiro e ainda precisam estudar no período noturno.

Sobre essa questão, destaco o que está posto na Declaração de Hamburgo, documento elaborado por ocasião da V CONFINTEA, a qual afirma que:

A educação é tanto consequência [sic] do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência [sic], da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (Brasília: SESI/UNESCO. 1999).

Além do mais, no mesmo documento fica claro que:

A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. Engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas "adultas" pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos (Brasília: SESI/UNESCO. 1999).

Com base nos aspectos destacados, vemos que a EJA é uma ferramenta fundamental na transformação social da vida dos sujeitos que por algum motivo deixaram de frequentar o espaço escolar, ou até mesmo não tiveram a oportunidade de adentrá-lo. Nesse sentido, a escola precisa ser um ambiente acolhedor e agradável, cada vez mais lúdico, no sentido prazeroso, para que o aluno que está indo em busca dessa oportunidade se sinta cada vez mais acolhido e faça parte do processo como um todo.

É de grande valia que as experiências trazidas na bagagem de cada indivíduo sejam valorizadas e usadas no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que quando o professor faz essa conexão entre teoria e prática acaba facilitando a compreensão desse sujeito e proporcionando a ele um melhor desenvolvimento.

Além disso essa aproximação com a realidade do aluno valoriza a sua autoestima e faz com que ele sinta prazer em estar ali depois de um longo dia de trabalho, afazeres domésticos, responsabilidades, interrompendo assim o desânimo, o desinteresse e a evasão escolar. O parecer elaborado em 2000 pelo professor

Carlos Roberto Jamil Cury o qual aponta que:

Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA. (CURY, Parecer CNE Nº 11/2000).

Com tantos marcos importantes a EJA se consolida e se fortalece com ações pedagógicas voltadas para as boas práticas de ensino e foco na capacitação educacional, ela não deve de forma alguma ser considerada de maneira singular, muito pelo contrário, a EJA tem que ser plural no sentido de promover uma ruptura no sujeito para além da sala de aula.

Assim, entendendo que a EJA enquanto modalidade de ensino constitui uma necessidade em todos os municípios dos estados brasileiros, convido o leitor a embarcar comigo nos meandros da EJA no estado do Tocantins, para que reflita a necessidade de propor ações no âmbito da alfabetização e escolarização para os sujeitos, jovens, adultos e idosos tocaninenses.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO TOCANTINS

A Educação é um direito humano básico. Essa afirmação se faz em decorrência de ser praticamente impossível se garantir direitos civis, políticos, econômicos e culturais de alguém, sem antes ser garantido o direito a Educação. Mas garantir o direito a Educação para todos não é uma tarefa simples e não acontece do dia para a noite, na verdade é um processo lento, muitas vezes mais longo do que a vontade da maioria daqueles que estão incluídos no processo de Educação.

Em se tratando da EJA, o art. 208, da constituição de 1988, incisos I, VI e VII garante que a Educação é dever do Estado mediante a efetivação de:

[...] educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao

educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2008, p. 18).

Em referência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), podemos trazer a contribuição da mesma por meio de seus artigos 37 e 38 que afirmam a seguridade, a viabilização e o estímulo para a permanência do jovem e/ou adulto na escola superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade apropriada.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 15 (quinze) anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de 18 (dezoito) anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, p. 36).

Portanto, a legislação orienta os sistemas de ensino a promover e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, buscando articulação entre eles, e preferencialmente, articulando a EJA à educação profissional.

No ano de 2018 é sancionada a lei nº 13.632/2018 que inclui na LDB conceitos de Educação e aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios norteadores do ensino brasileiro. Essa proposta foi instituída por meio do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 75/2017. Com a nova reformulação a EJA ganhou destaque e seguridade constitucional, constituindo-se como um instrumento de educação permanente ao longo da vida para quem não teve acesso aos estudos no tempo previsto.

“O estado do Tocantins é relativamente jovem, haja visto que o mesmo teve sua criação no dia 5 (cinco) de outubro de 1989, mas de fato somente começou a ofertar EJA no ano de 1996, sete anos após sua criação, a fim de atender as pessoas que não tiveram acesso à escola na idade adequada e cumprindo o que determina a Constituição Federal no seu art. 6º e a LDBEN” (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Estará em discussão neste tópico em que estágio se encontra o processo de garantia do direito a Educação para todos no estado do Tocantins, mais precisamente no diz respeito a EJA. Para isso aconteça é necessário compreender que para assegurar o direito a Educação de um sujeito, deve-se garantir primeiramente o acesso a uma escola. Esse espaço de formação precisa ser plural e democrático onde a sua pedagogia seja capaz de despertar no sujeito o senso crítico, visões diferentes de mundo, valores e saberes não só para a o exercício da cidadania, mas também para a sua qualificação profissional.

Mas simplesmente o acesso à escola por si só não é suficiente, é necessário garantir o direito de aprendizado a esse sujeito, e somado a isso, o direito de progredir no processo de escolarização e oportunizar a esses estudantes uma vida digna e de qualidade.

Sendo assim, volto aqui a atenção para a EJA no estado do Tocantins, bem como as resoluções e normativas que a orientam.

É importante frisar que a história da EJA no Tocantins é bastante recente, complexa e passa por um período de construção. No estado a EJA teve início no ano de 1996, mesmo ano em que ela passou a ser contemplada pela Política Nacional de Educação Básica com a finalidade de atender pessoas que de alguma maneira foram excluídos do processo de escolarização, bem como cumprimento do que a Constituição Federal determinava, em seu art. 6º e a LDBEN.

A EJA, de acordo com a proposta curricular do estado do Tocantins, estruturalmente é vista como as demais modalidades de ensino enquanto responsabilidade social. O documento aponta que:

[...] quando dizemos responsabilidade social, não queremos com isso dizer que a EJA deve ser ofertada apenas pelos segmentos sociais, como o fora no passado. Com isso queremos reafirmar seu caráter popular, seu caráter de educação para a cidadania e mais que isso queremos assumir e garantir

a exequibilidade de suas funções: reparar, equalizar e qualificar (ou educação permanente). [...] A Educação no estado não se faz somente a partir da operacionalização ou da gestão; ela se faz em sua organização do ponto de vista macro (SEDUC) e do ponto de vista de cada aula ministrada pelo professor todos os dias. Somos nós homens e mulheres, jovens e adultos (as) envolvidos no processo de escolarização ao longo da vida que somos responsáveis pela qualidade da educação ofertada as crianças, jovens e adultos em nosso estado. (TOCANTINS, 2008, p. 12).

Em concordância com essas análises, o Plano Estadual da Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025) aponta metas e estratégias para que ocorra a eliminação do analfabetismo no país, para que não ocorra a desigualdade social e educacional do sujeito por meio da EJA e que esse tenha direito à educação, bem como permanência no ambiente escolar, sem exceção de cor, gênero e classe. Especificamente, a meta 7 dispõe que:

I – Promoção da educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às necessidades e garantia das condições de acesso e permanência na escola; II – fortalecimento das articulações e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade dos estudos de jovens e adultos; III – promoção da formação integral para o desenvolvimento das capacidades e competências adequadas, atendendo ao desenvolvimento sustentável e às novas transformações científicas e tecnológicas, numa perspectiva sócio-histórico/sociocultural. (TOCANTINS, 2015, p. 13).

A análise feita se mostra de suma importância, uma vez que coopera para a compreensão de que trabalhar com jovens e adultos é estar diuturnamente buscando trabalhar elementos que contemplem o conhecimento de vivência destes sujeitos, como, por exemplo: conhecimento estético, emocional, visão de mundo, leitura textual e visual, entre tantos outros conhecimentos que os alunos da modalidade EJA trazem consigo para a sala de aula.

Em seguida apresento as resoluções e normativas que fundamentam a EJA no Tocantins. Mas para isso é preciso entender que desde 1996 o estado segue o que determina a Constituição Federal em seu art. 06º e a LDB da Educação Nacional.

3.1 Resoluções e normativas que fundamentam a EJA no estado do Tocantins

No Estado do Tocantins, no que se refere a EJA, a proposta curricular apresenta como sugestão suprir as exigências curriculares com o intuito de preparar cidadãos para a sua atividade profissional bem como prosseguir a aprender, tendo autonomia intelectual, pensamento crítico e moldável no tocante a adaptar-se às novas condições sociais. Sendo assim, é necessário adequar os conteúdos de forma que condigam com o contexto dos alunos, valendo-se de suas potencialidades, experiências e conhecimentos prévios obtidos por meio de suas vivências e cultura.

Assim é importante mencionar o que consta no documento do Distrito Federal (2013, p. 9):

A EJA requer um currículo que dialogue com as singularidades da pessoa jovem, adulta ou idosa e que incorpore as especificidades e diversidades presentes no universo desses sujeitos, considerando suas origens, culturas, saberes, conhecimentos e projetos de vida.

Assim, a EJA reiteradamente foi regulamentada de acordo com as resoluções estaduais, ponderando as regras estabelecidas no território nacional. Acompanhando as transformações sociais, o estado do Tocantins modifica-se a cada período necessário de acordo com as regras ofertadas para a EJA, explicitando o seu compromisso com aqueles que buscam por essa modalidade de educação.

Assim, segue logo abaixo uma análise das resoluções da EJA que foram publicadas a partir do ano de 1996, vejamos:

Tabela 1 - Resoluções e normativas que fundamentam a EJA no Tocantins.

Ano de referência	Documento norteador
Ano de 1996	Resolução nº 061/96
Ano de 1997	Resolução de nº 037/97
Anos 2000	Resolução 01/2000 - CNE/CEB
Anos 2001	Resolução de nº 135/2001
Anos 2003	Resolução de nº 071/2003
Anos 2005	Normativa de nº 019

Anos 2006	Normativa de nº 006/2006
Anos 2007	Resolução de nº 076/2007

Ano de 1996

Resolução nº 061/96, que originou e aprovou o projeto REVIVER, bem como suas grades curriculares para a funcionalidade das unidades escolares estaduais, particulares e municipais, dividido em três etapas: REVIVER I – Alfabetização de Jovens e Adultos; REVIVER II – Curso de Suplência de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e REVIVER III – Curso de Suplência de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Ano de 1997

No ano de 1997 foi publicada a resolução de nº 037/97, que estabeleceu normas no que tange a EJA no sistema estadual do Estado do Tocantins, onde passaria a ser ministrada como forma de cursos e exames supletivos que constituirão a base nacional comum do currículo, qualificando a continuação dos estudos de caráter regular. Portanto, as normas foram estabelecidas para os cursos e exames supletivos, bem como aos certificados.

Anos 2000

Resolução 01/2000 – CNE/CEB chegou para estabelecer as diretrizes nacionais curriculares da EJA, precavendo todas as especificidades dos sujeitos da EJA, bem como fazendo um chamado para uma reflexão da oferta da EJA e também das práticas pedagógicas. Tornando-se um divisor de águas para a EJA no Brasil, haja visto o rompimento definitivo com o caráter de suplência e suprimimento da EJA, indicando um modelo pedagógico que assegurasse a equidade e a diferença, recomendando um modelo pedagógico que se firma em assegurar a equidade e a diferença, a fim de desempenhar as recém-adquiridas funções dessa modalidade, que se davam por ser: equalizadora, qualificadora e reparadora.

Há que se frisar que foi também a partir dos anos 2000, com a implantação das Diretrizes Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 001/2000), que o estado passou a ser subsidiado pela legislação nacional, que impõe a obrigatoriedade de o mesmo dar atenção especial aos jovens e adultos que não possuem escolarização. Já no ano de 2002 que se iniciou, no âmbito da SEDUC, o debate para a elaboração da proposta curricular da EJA para todo o estado, ponderando a própria política nacional, sendo que a partir de então é que se institucionalizam também os investimentos na formação e no apoio ao professor.

Anos 2001

Neste ano no Estado do Tocantins, a EJA, além de obedecer as diretrizes curriculares nacionais, também foi regulamentada pela resolução de nº 135/2001, que estabelecia a idade mínima de 14 (quatorze) anos completos para o ensino fundamental e 17 (dezessete) anos completos para o ensino médio, estabelecia também a idade mínima para a inscrição e realização dos exames de EJA, com 15 (quinze) anos completos para a conclusão do ensino fundamental e 18 (dezoito) anos completos para a conclusão do ensino médio, e que todas as escolas deveriam solicitar a autorização do Conselho Estadual de Educação das escolas para que implantasse tal modalidade de ensino.

Anos 2003

Resolução de nº 071/2003 trouxe uma nova redação à resolução de nº 135/2001 que regulamentava os cursos desta modalidade de ensino, estando organizada em seguimentos e períodos. O primeiro segmento era composto por períodos conforme a primeira fase do ensino fundamental da 1ª a 4ª série; o segundo segmento seria composto por quatro períodos correspondentes à segunda fase do ensino fundamental da 5ª a 8ª série; e o terceiro segmento composto por 03 (três) períodos conforme os 03 (três) anos do ensino médio.

O exame da EJA seria realizado pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) por meio de seus órgãos próprios, ou mesmo por instituições por ela

designados. Foi também neste ano que os professores tiveram a oportunidade de discutir, bem como sugerir modificações que condiziam base para elaboração da Proposta Curricular de Educação de Jovens e Adultos. Neste ano foram realizadas formações específicas para professores de EJA, com intensão de discutir além da proposta curricular, os métodos de ensino e a prática pedagógica.

Anos 2005

Neste ano foi publicada a instrução normativa de nº 019, que definiu os critérios para a abertura das turmas da EJA, onde o 3º segmento teria o mínimo de 25 (vinte e cinco) e o máximo de 35 (trinta e cinco) alunos, bem como estabelecia a idade mínima para o ingresso no 1º período do 3º segmento da EJA, que passou a ser de 22 (vinte e dois) anos completos. Neste mesmo ano a instrução normativa de nº 024/2005 retificou o número de alunos para o 1º período do 3º seguimento e fixou o mínimo de 30 (trinta) alunos e de 35 (trinta e cinco) o máximo de alunos.

Anos 2006

A instrução normativa de nº 006/2006 definia os critérios para o ingresso bem como aberturas das turmas da EJA na rede estadual de ensino, em decorrência da recente implantação do projeto de ressocialização educativa do Estado do Tocantins, estabelecendo critérios diferenciados para a abertura das turmas nas unidades escolares do sistema prisional, ainda nessa mesma resolução, condicionava a abertura de turmas do 3º seguimento da EJA ao rendimento dos alunos, em conformidade com análise dos dados do Planejamento Estratégico da Secretaria (PES).

Anos 2007

A resolução de nº 076/2007 veio reafirmar alguns dos aspectos das resoluções de nº 019/2005 e de nº 006/2006, bem como reconfigurava a organização da EJA, incluindo a alfabetização estruturada em um único período de

08 (oito) meses e os 1º, 2º e 3º segmentos permaneceriam da mesma maneira. Ainda no ano de 2007 a resolução de nº 127/2007 CEE (Conselho Estadual de Educação) co-publicou a nova grade curricular, na qual o 2º segmento passaria de 03 (três) para 05 (cinco) períodos, ampliando assim a carga horaria anual e comprimindo a carga horaria diária da EJA, que a partir de então passaria a ser ministrada em módulos ou não.

Foi neste ano também que a coordenadoria de EJA proporcionou um debate com os demais setores da SEDUC no que tange à reestruturação e implementação do currículo da EJA com o propósito de colocar um currículo inerente para a EJA; já no ano de 2008 foi organizado o projeto de reestruturação dos 1º e 2º segmentos, bem como a elaboração do 3º segmento das propostas curriculares da EJA. Neste período foi estruturado um grupo de trabalho que era composto pelos técnicos da coordenadoria da EJA, assessores de currículos da SEDUC - DRE e coordenadores de educação na diversidade das diretorias regionais, para que assim tivessem condições de organizar uma agenda de trabalho, e então realizar os encontros com outros assessores, pedagogos do currículo, coordenadores e também os técnicos da EJA-DRE.

As resoluções e normativas elencadas acima são de fundamental importância para que a EJA tenha respaldo político e social, uma vez que elas norteiam os caminhos que precisamos percorrer na luta por uma Educação cada vez mais qualificada, gratuita e acessível a todos e todas. Além disso, elas colaboram no processo de organização da estrutura educacional realizado pelas regionais de ensino existentes no estado que serão apresentadas a seguir.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

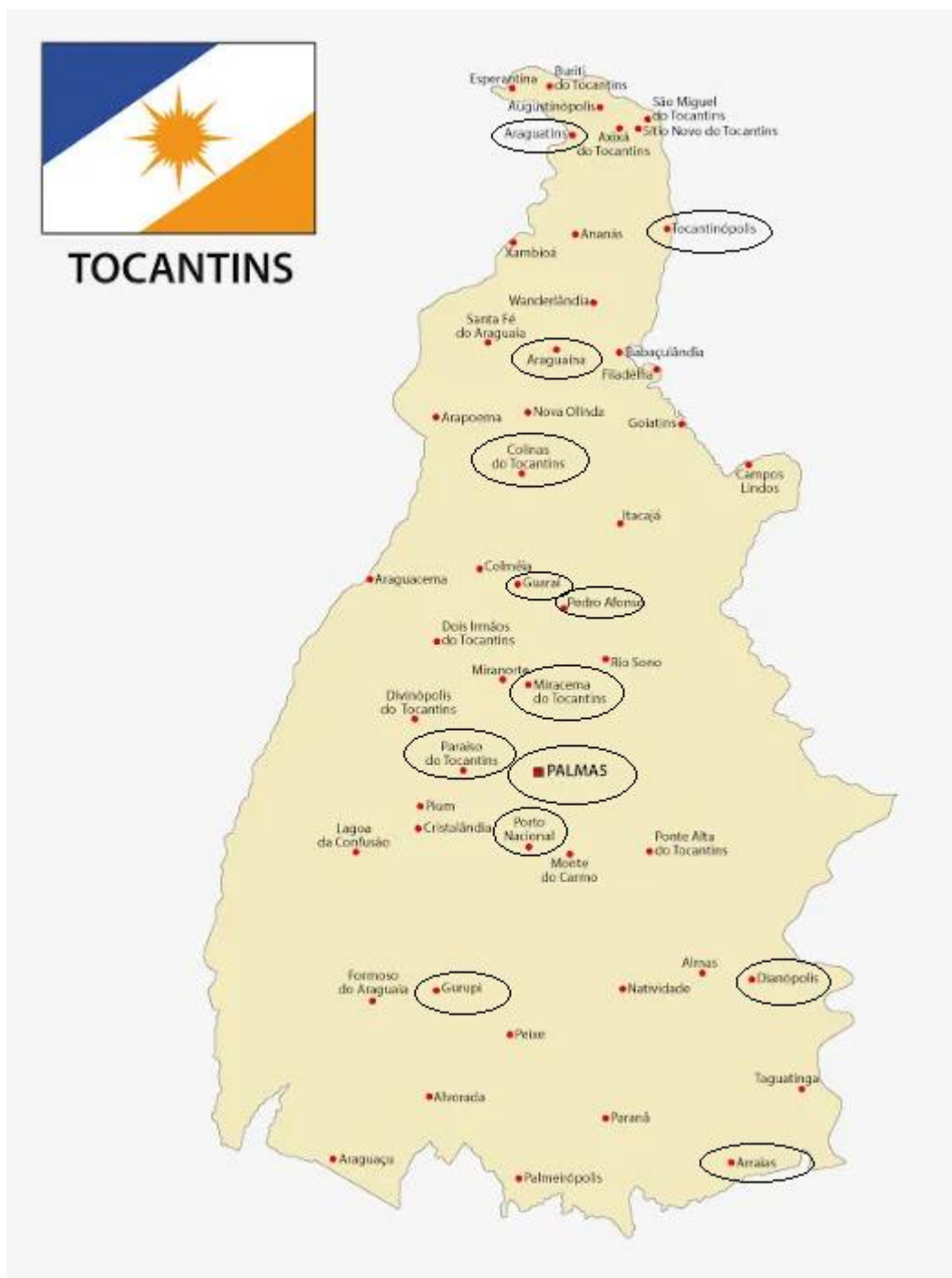
Ao tentar compreender a estrutura organizacional da EJA no estado do Tocantins, observamos que a entidade capaz de socializar tem a responsabilidade e participação fundamental na formação do caráter dos indivíduos que estão sob a sua admoestação formal. Gadotti (2001) pressupõe que no plano social, é um ato pedagógico desvelar as contradições existentes, evidenciá-las com vista à sua superação. “O educador, nesse sentido, não é o que cria as contradições e os

conflitos, ele apenas as revela, isto é, tira os homens da inconsciência. Educar passa a ser essencialmente conscientizar” (GADOTTI, 2001, p. 26).

De acordo com a LDB (Art. 12, VI), os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, possuem a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Nesse sentido o estado do Tocantins se organiza por meio de 13 (treze) regionais (Araguaína, Arraias, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Pedro Afonso, Tocantinópolis, Araguatins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraiso do Tocantins e Porto Nacional), o que de certa forma auxilia no processo de organização da estrutura educacional do estado. As regionais foram responsáveis por compor os grupos de trabalhos destinado a elaborar o texto base do PEE, que acabou por contemplar a EJA no projeto educacional do estado para os próximos 10 (dez) anos. Essa ação permitiu com que a EJA passasse a ser vista em sua integralidade com respaldo legal para a criação de políticas públicas e ações democráticas voltadas para atender as especificidades do público alvo. Vejamos as regionais e suas respectivas localizações no mapa abaixo.

Mapa 1 - Mapa do Tocantins com as diretorias regionais.



Fonte: [mapa-do-tocantins.webp \(525x700\)](http://mapa-do-tocantins.webp)

Nota: Foi realizado uma modificação no mapa deixando em evidência as regionais de ensino responsáveis pela EJA no estado do Tocantins.

4.1 Regionais de ensino

As regionais de ensino servem para organizar toda a rede de ensino. **As 13 (treze) regionais (Araguaína, Arraias, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Pedro Afonso, Tocantinópolis, Araguatins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional)** atuam de norte a sul no estado e auxiliam as escolas no acompanhamento contínuo de todas as ações relacionadas à Educação.

Compete aos dirigentes regionais de ensino terem competência técnica e habilidade política, bem como conhecer seu trabalho, daí a importância deste profissional passar por todas as etapas da carreira do magistério para acumular a experiência necessária a este posto. Os mesmos devem atuar com bom senso e razoabilidade, pois tratam sobre a Educação e com educadores.

As regionais de ensino configuram-se como instâncias intermediárias entre o órgão central das secretarias de educação e as escolas, desempenhando papel de fundamental importância na orientação e no suporte à gestão escolar nos processos de ensino. Além de assegurar que as diretrizes e normatizações cheguem às escolas, elas também configuram os processos de trabalho. Cabe ressaltar que também cabe a elas a responsabilidade de garantir a efetivação dos programas e projetos destinados a EJA, uma vez que os mesmos se configuram como ferramentas indispensáveis no que diz respeito à erradicação do analfabetismo.

5. PROGRAMAS E PROJETOS DESTINADOS À EJA NO TOCANTINS

5.1 Educação de Jovens e Adultos / Programa Brasil Alfabetizado

Nesse processo de mapeamento vimos que no Tocantins há programas e projetos específicos para esse público que em certa medida contribuem para que a EJA seja vista. Assim, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido pelo MEC a partir do ano de 2003, é uma porta de acesso à cidadania e o motivador do interesse pela ascensão através da Educação. Sendo desenvolvido em todo o distrito, o programa prioriza o atendimento a 1.928 municípios que venham a

apresentar uma taxa de analfabetismo igual ou mesmo superior a 25%. Importante ressaltar que deste percentual, 90% está localizado na região Nordeste do país.

Pode-se aderir ao programa por meio das resoluções específicas que sejam publicadas no diário oficial da união, os estados, municípios bem como o Distrito Federal. O mesmo é normatizado por resoluções, portarias e outros atos que venham estabelecer as devidas orientações e critérios para que haja a transferência automática dos recursos financeiros necessários para o exercício anual e o pagamento de bolsas no âmbito do PBA (Brasília: MEC/Unesco, 2006).

Assim, o estado do Tocantins implementou o programa em 05 (cinco) de janeiro ainda no ano de 1999, nos 139 (cento e trinta e nove) municípios do estado.

A implantação se deu por meio de um grande mutirão de alfabetização, abraçando os alunos da rede pública assim como os membros de igrejas, agentes de saúde, universitários e as associações, dando o nome para tal ação de ABC da cidadania. Com caráter de erradicar o analfabetismo, promovia a alfabetização de jovens e adultos no ano de 1991, período em que o índice de analfabetismo era de aproximadamente 31,4% (dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD).

Em 2000 este índice diminuiu para 18,8%. Neste mesmo ano a taxa de analfabetismo no estado era de aproximadamente 18,78% de acordo com o censo. No ano de 2003 este mesmo índice passou a ser de 17,6% (PNAD/2003), o que corresponde a 144.202 analfabetos a partir de 15 (quinze) anos, assim, a partir de então o atendimento passou a ser realizado pelo PBA.

Importante mencionar que este programa era desenvolvido por meio das parcerias com as secretarias estaduais, municípios, Serviço Social da Indústria (SESI), Universidade CEUP/Ulbra, MEC, BB-Educar, Universidade ITPAC e outras, com duração de 06 (seis) meses, tendo carga horária de 10 (dez) horas semanais, totalizando 240 (duzentos e quarenta) horas, funcionando em associações diversas, igrejas, centros comunitários bem como nas escolas (TOCANTINS, 2011).

Cabe ressaltar que a partir do ano de 2005 este programa também atendeu sujeitos que estavam sendo alfabetizados nos sistemas prisionais, nas aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas. Um fato de suma relevância é que nos anos 2000, por conta da grande campanha de mobilização e incentivos

financeiros, foram alfabetizados mais de 30 (trinta) mil jovens e adultos. Nesse sentido, o Estado mantém uma média anual de aproximadamente 12 (doze) mil alfabetizando, tendo como público alvo aqueles sujeitos que estão na zona urbana com 25 (vinte e cinco) anos e do sexo feminino. Já no ano de 2006 este mesmo programa passou a ter a duração de 08 (oito) meses com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com o total de 320 (trezentos e vinte) horas (TOCANTINS, 2011).

Desde o ano de 2007 este programa passou por inúmeras mudanças, sendo que atualmente a maioria dos alfabetizadores são da rede oficial, existindo turmas em funcionamento nos 96 (noventa e seis) municípios, sendo a maioria em unidades escolares (TOCANTINS, 2011).

5.2 Programa ABC

O programa ABC teve seu auge no ano de 2000. Neste período, atendeu 30.783 alunos e, desde então, o número de matrículas vem diminuindo consideravelmente. No entanto, as matrículas no 1º segmento da EJA crescem na mesma proporção. Assim, por meio dessas observações é possível considerar que, ao ser alfabetizado, o aluno dá sequência aos estudos por meio da modalidade de ensino em questão (TOCANTINS, 2014).

Tabela 2 - Alunos atendidos pelo programa ABC da Cidadania - Diretorias Regionais de Ensino.

DRE'S	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Araguaína	1.254	6.430	1.290	2.160	1.416	2.470	2560
Araguatins	4.612	3.864	1.742	878	970	587	658
Arraias	-	1.258	1.314	660	740	1.063	1.263
Colinas	-	-	-	-	-	455	670
Dianópolis	272	997	1.034	242	830	654	722
Guaraí	71	5.075	1.779	1.018	549	633	1.246
Gurupi	332	2.449	1.965	1.393	129	221	265
Miracema do Tocantins	78	1.178	1.243	835	395	711	623
Palmas	1.062	1.504	642	472	1.685	1.099	1.246
Pedro Afonso*	-	-	-	-	-	-	-
Paraíso do Tocantins	72	1.601	896	1.311	1.180	1.512	1.657
Porto Nacional	515	3.430	1.530	1.301	815	1.722	1659
Tocantinópolis	1.158	2.997	2.398	1.326	1.043	1.031	659

Total Geral	9.426	30.783	15.833	11.596	9.752	12.158	13.228
--------------------	--------------	---------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------

Fonte: SEDUC – Censo Escola/2005 * A Diretoria Regional de Pedro Afonso foi criada em 2005.

Como é possível observar, a tabela aponta a importância do programa para o fortalecimento e difusão da EJA no estado do Tocantins, levando em consideração o salto que foi dado no número de alunos atendidos entre os anos de 1999 a 2005.

Atualmente existe no Tocantins, mais precisamente na cidade de Gurupi, o primeiro Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA/TO) Gildene Ferreira dos Santos que tem como objetivo oportunizar a inclusão e qualificação profissional, atendendo às especificidades da EJA, respeitando características, contextos culturais e sociais e reconhecendo competências alicerçadas pelas experiências de vida. O projeto é um divisor de águas e serve como referência para outros municípios que buscam sanar os problemas enfrentados pela EJA (TOCANTINS, 2021).

Seguindo orientações do Governo Federal o estado elaborou o PEE, tendo como base o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual está disposto na meta 9 que o Estado deve oferecer no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. O Estado busca por meio dos IF's (institutos federais) alcançar essa meta, mas ainda não é suficiente, levando em consideração que nem todas as cidades são contempladas com um IF.

Diante de tudo que foi exposto anteriormente, busco a seguir fazer um diagnóstico da EJA no estado do Tocantins.

6. DIAGNOSTICANDO O PERFIL DOS SUJEITOS DA EJA NO TOCANTINS: ANÁLISES E REFLEXÕES

A história dos sujeitos da EJA no estado do Tocantins não é tão diferente dos demais estados brasileiros, muita coisa se perdeu com o tempo e outras foram simplesmente negadas. Outro fator que nos impede de fazer uma análise mais detalhada é o fato do estado ser relativamente novo, sendo assim as políticas de promoção da EJA também foram colocadas em prática de forma tardia.

A princípio, para a realização deste trabalho pensamos em realizar uma pesquisa de campo com visitas a algumas regionais de ensino e entrevistas com alunos e professores da EJA. Por inúmeras vezes foi feito contato via *e-mail* e telefone com algumas regionais, mas infelizmente sempre sem sucesso. Foram solicitados dados em algumas regionais sobre os números de matrículas, evasão, sexo, idade, cor, dentre outros para a construção do perfil dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos no estado do Tocantins, mas estes também foram negados. Foi realizado contato via *WhatsApp* com alguns professores que atuam na EJA, mas os mesmos não se disponibilizaram para conversar. O mais próximo disso foi com duas professoras que até mostraram disposição, mas infelizmente todas as datas marcadas para conversar chocaram-se com suas agendas ou imprevistos. Diante da situação, optamos por fazer uma pesquisa documental por meio de livros, artigos, revistas e *sites de internet*. Essa dificuldade em ter acesso a esses dados e de fazer contato com os diretores e professores responsáveis por difundir o ensino no estado nos fazem perceber que a EJA ainda carrega um fardo de preconceitos e estereótipos, e que os principais agentes que deveriam promover o acesso às informações de certa forma tem medo que as pessoas escrevam e discutam sobre o assunto, mas isso é um tema para outra discussão.

Nos documentos encontrados também não existem muitas informações acerca da modalidade de ensino no estado de forma particular, eles nos revelam em sua maioria o que preconizam as leis e resoluções estabelecidas no país, que de certa forma obriga os estados a seguirem. Muitos dados estão incompletos e desatualizados, outros não foram sequer encontrados como é o caso do número de evasão dos alunos matriculados na EJA no estado. Nesse sentido é muito difícil traçar um perfil completo desses sujeitos, infelizmente com os dados disponíveis a pesquisa não consegue realizar esse feito em sua totalidade, mas buscamos aqui analisar e refletir o que está ao nosso alcance para pelo menos traçar um rumo que consiga chegar o mais próximo da realidade desses sujeitos e que nos faça entender as suas especificidades.

Para compreender o perfil dos estudantes da EJA no estado do Tocantins é preciso pensar na trajetória desse público, levando em consideração o contexto

geral que engloba a realidade na qual ele está inserido. Nesse sentido, Paiva apresenta:

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. (PAIVA, 1983, p. 19).

É de suma importância que a escola e sobretudo o professor conheçam o perfil dos seus alunos para que tenham condições reais de oferecer e promover uma Educação de qualidade, voltada inteiramente à realidade daqueles sujeitos, uma vez que a escola não é o único espaço de aprendizagem, mas o espaço que deve agregar os conhecimentos e experiências absorvidas ao longo da vida dos sujeitos nos mais diversos espaços formativos (família, igreja, associações, comunidade, entre outros).

O conceito de “saber de experiência feito”, elaborado por Paulo Freire, relaciona-se exatamente aos saberes acumulados ao longo do processo pedagógico, sem ser ignorado como irrelevantes ao saber científico (FREIRE, 2001, p. 25).

Sendo de suma importância reconhecer e mesmo valorizar as trajetórias, os fazeres diversos e saberes dos jovens e adultos, propiciando assim, o fortalecimento das práticas pedagógicas e democráticas. A EJA apresenta múltiplas possibilidades que não devem ser limitadas às esferas de sua modalidade, podendo estimular práticas e estratégias de ensino em toda a Educação (FREIRE, 2001, p. 25).

De acordo com Stenhouse (2008), todo professor deve ser um investigador para ser capaz de criar seu próprio currículo. Essa teoria mostra que a EJA deve ser capaz de gerenciar com autonomia, perceber as carências e necessidades sociais daqueles que fazem parte dessa modalidade de ensino, bem como se empenhar em

favor de superar e corrigir dificuldades e deficiências mediante a criatividade e flexibilidade curricular, objetivando a formação do caráter de seus alunos.

A partir do Censo Escolar da Educação Básica, é feito um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional. Tais dados são proporcionados por meio de um conjunto de indicadores que possibilitam o monitoramento da Educação brasileira (Brasil. Inep, 2017), posto que são realizados anualmente, em parceria com os diretores das escolas, as Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes, bem como os gestores municipais (Brasil, 2007).

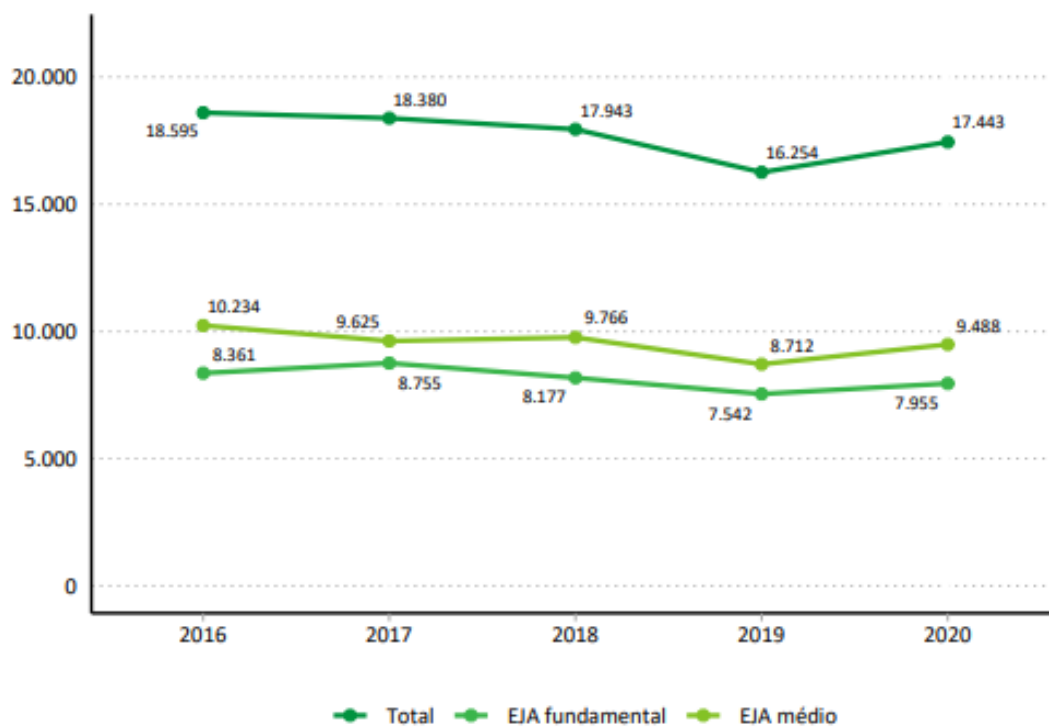
A pesquisa é declaratória, de abrangência em todo o território nacional e coleta informações de todas as escolas públicas e privadas, suas respectivas turmas, gestores, profissionais escolares e alunos de todas as etapas e modalidades de ensino: Ensino Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, e Educação Profissional. Importante ressaltar que as escolas que não preenchem a situação do aluno podem ficar de fora das estatísticas oficiais que servem de base para o cálculo das taxas de aprovação, reprovação e abandono, e para o cálculo do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Como já mencionado acima, os relatos sobre a EJA no Tocantins são bastante recentes, muita coisa se perdeu com o tempo tendo em vista a demora que levaram para institucionalizar o modelo de ensino por aqui. Esses dados são bastante preocupantes, uma vez que boa parte da história deixou de ser contada e isso refletiu muito nas ações futuras.

Nesse sentido apresentaremos abaixo alguns gráficos com dados que nos permitem fazer um diagnóstico do perfil dos sujeitos da EJA do estado do Tocantins. Os mesmos são disponibilizados pela DEED²/INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica de 2016 a 2020.

Figura 1 - Número de matrículas na EJA - Tocantins - 2016 - 2020.

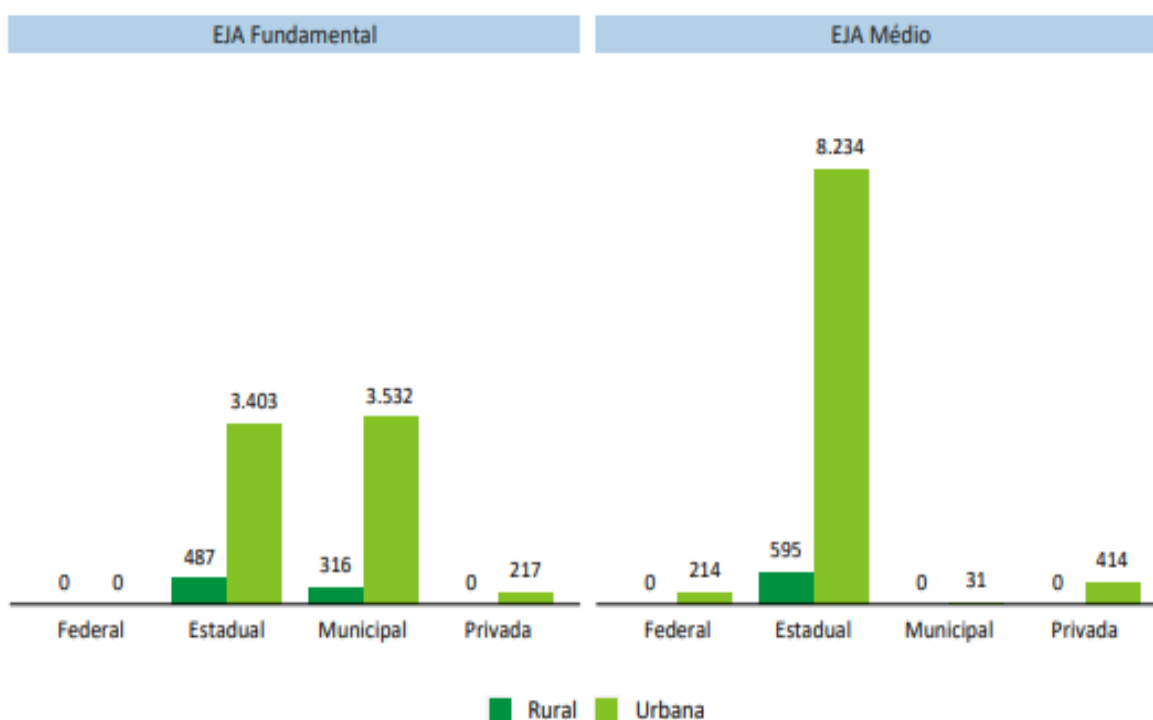
² Diretoria de Estatísticas Educacionais.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O número de matrículas da EJA apresentou uma queda de 6,2% de 2016 a 2020, chegando a 17.443 matrículas em 2020. Em relação ao ano de 2019, o número de matrículas da EJA de nível fundamental cresceu 5,5%. A EJA de nível médio apresentou uma elevação de 8,9% em relação a 2019.

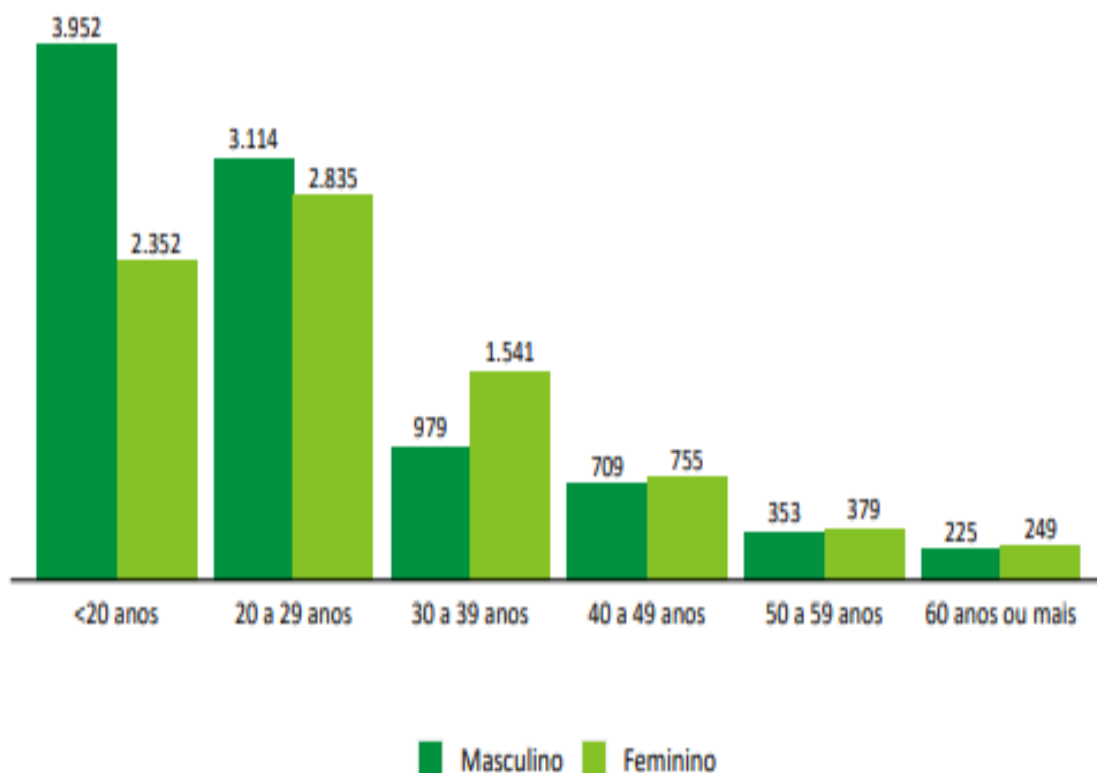
Figura 2 - Número de matrículas na eja de nível fundamental e médio segundo a dependência administrativa e a localização da escola - Tocantins – 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Na EJA de nível fundamental, 48,9% das matrículas estão na rede estadual, seguida pela rede municipal com 48,4% das matrículas. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 93,1% das matrículas, seguida da rede privada, com 4,4%. A EJA concentra, proporcionalmente, um maior número de matrículas (92,0%) na zona urbana.

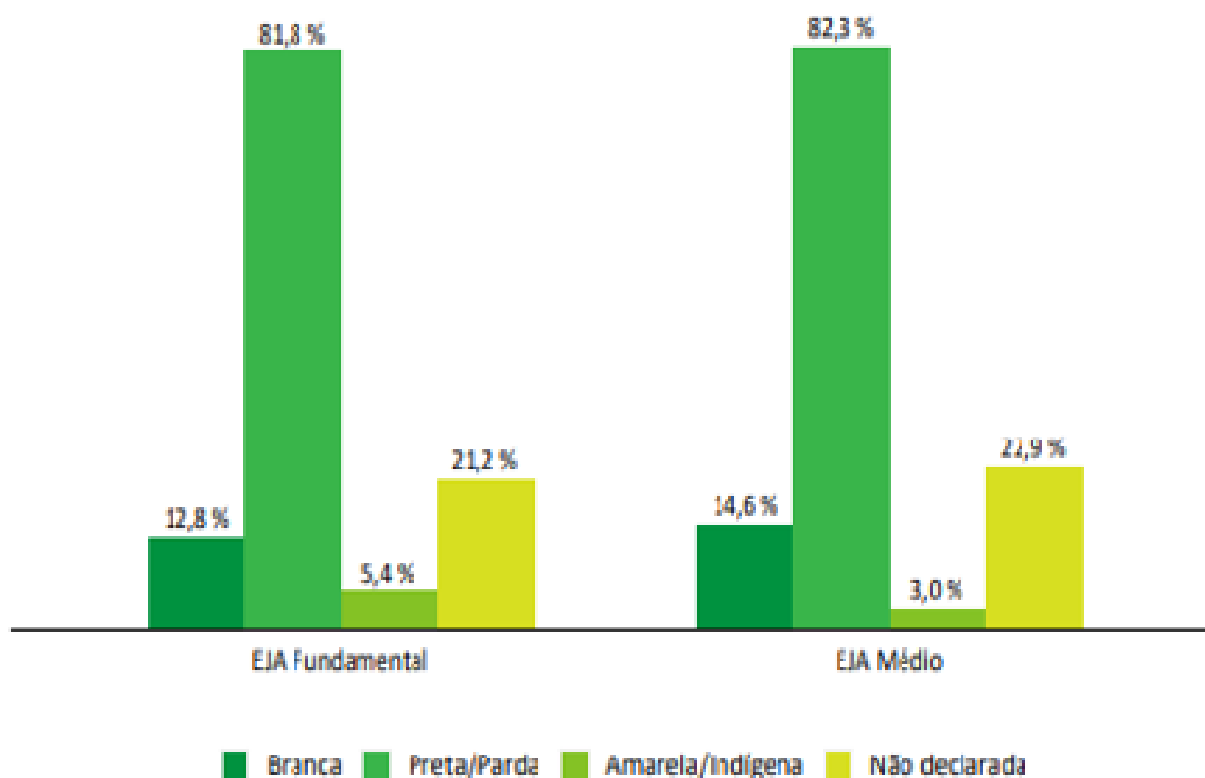
Figura 3 - Número de matrículas na EJA segundo a faixa etária e o sexo - Tocantins - 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A EJA é composta predominantemente por alunos com menos de 20 anos, que representam 36,1% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os estudantes do sexo masculino são maioria, representando 62,7% das matrículas.

Figura 4 - Percentual de matrículas na EJA de nível fundamental e médio segundo a cor/raça - Tocantins - 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Em relação à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 81,8% da EJA de nível fundamental e 82,3% da EJA de nível médio. Os alunos declarados como brancos representam 12,8% da EJA de nível fundamental e 14,6% da EJA de nível médio.

Os dados apresentados acima nos permitem compreender parte da realidade dos sujeitos da EJA no estado do Tocantins, embora seja preciso muito mais, é possível por meio de sua análise ter uma base do perfil dos jovens e adultos da EJA e refletir sobre o que realmente acontece no dia a dia desses indivíduos e que por muitas vezes passa despercebido por nós.

Assim, no Tocantins, por meio do diagnóstico empreendido nesse caminho é possível dizer que nos últimos anos o **número de matrículas da EJA diminuiu**, apresentando **maior procura no segmento do ensino médio**, que a grande **maioria dos alunos são do sexo masculino, com menos de 20 anos**,

autodeclarados de cor preta ou parda, residem na zona urbana e estão matriculados em públicas escolas estaduais.

A imagem marcante do aluno da EJA é ser na maioria vezes aquela pessoa que trabalhou desde sua infância e que se tornou responsável pela família muito cedo, ou teve uma gravidez precoce e não conseguiu dar continuidade nos estudos em decorrência das mais variadas obrigações advindas do nascimento de um filho, entre tantos outros motivos. O dia exaustivo por vezes acaba em desestimular, ocorrendo neste momento a evasão/abandono/desistência deste aluno (FILHO & ARAÚJO, 2017).

7. CONCLUSÃO

Por meio do desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso ficou evidente que a EJA é parte integrante do cotidiano das ações educacionais, e em decorrência das transformações no mundo, torna-se indispensável para agregar a valorização da identidade e pluralidade dos sujeitos jovens, adultos e idosos que

Veem nessa uma oportunidade de fazer valer seu direito à Educação, a terem consciência crítica da realidade tornando-se capazes de exercer maior participação em suas comunidades.

O trabalho destacou os aspectos importantes que são relacionados ao tema de estudo e trouxe conceitos e informações que são relevantes para a compreensão do perfil do aluno da EJA que por inúmeros motivos acabam por abandonar os espaços escolares e já na idade adulta retornam a estes espaços, entre os principais motivos podemos citar: trabalho exploratório, doenças, dever de cuidar de filhos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades psíquicas em acompanhar a turma, violência dentre outras barreiras relacionadas ao fato de que o ensino tradicional não está preparado para compreender o perfil do alunado da EJA.

Sendo assim, ao longo da pesquisa busquei fazer um levantamento acerca do perfil dos sujeitos da EJA no estado do Tocantins (idade, sexo, cor, etc.) com o objetivo de conhecer quem de fato são esses sujeitos, de onde eles vêm e as suas trajetórias. Foi realizado um recorte histórico sobre a implantação da modalidade de ensino no estado, apontando leis, diretrizes, projetos e programas que fundamentam e dão amparo legal para a sua prática. Além disso, foi feito um estudo bastante detalhado nos livros, artigos, documentos e *sítes* a respeito da temática, o que nos possibilitou concluir que os sujeitos da EJA no estado do Tocantins em sua grande maioria são indivíduos do **sexo masculino com menos de 20 anos de idade, de cor preta ou parda e que moram na zona urbana**. Foi possível perceber também que a EJA no estado do Tocantins não se diferencia muito dos outros estados brasileiros, uma vez que existe uma grande diferença do que está escrito no papel para o que realmente acontece, quando nos deparamos com a realidade enfrentada por esses sujeitos no dia a dia percebemos que na prática ainda é preciso evoluir muito para que possamos de fato garantir não só o acesso, mas condições dignas

de permanência e conclusão dessa etapa tão importante e indispensável na vida desses jovens, adultos e idosos.

Cabe ressaltar que para garantir esse acesso e todos os benefícios que vem atrelados a ele, é necessário que haja uma reformulação da EJA no estado do Tocantins por parte do governo, começando por proporcionar formação e qualificação aos professores, diretores, coordenadores e demais profissionais responsáveis por difundir a modalidade de ensino. É de fundamental importância criar espaços de sala de aula dentro da escola capaz de atender as necessidades desses sujeitos e que valorize as suas trajetórias. É interessante que se invista em campanhas e propagandas sobre a EJA nos mais diversos meios de comunicação com o intuito de quebrar barreiras e fazer com que a modalidade de ensino chegue aos mais diversos lugares e rompa com os preconceitos e estereótipos. Além disso, é primordial que o governo do estado busque alternativas e cumpra com a meta de número 9 do PEE elaborado em 2015, que diz que o estado deve oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Os estudos bibliográficos reunidos nesse trabalho permitiram observar também que o direito à Educação é o lema principal em todos os encontros nacionais e mesmo internacionais como a CONFINTEA. A EJA é um assunto discutido a muito tempo e se faz presente na luta das pessoas que reivindicam para que se cumpra o que está na constituição brasileira de 1988 onde se expressa que Educação é direito de todos.

O trabalho também destacou as contribuições de Paulo Freire, grande pensador brasileiro que desenvolveu uma proposta pedagógica diferente para a EJA, uma vez que o mesmo entendia que o ensino para jovens e adultos não podia ser colocado da mesma forma que para crianças e adolescentes. Que essa modalidade de ensino devia primar na pedagogia da autonomia, valorização dos sujeitos, e na construção do conhecimento crítico, dando voz e vez aos oprimidos.

Para finalizar, é preciso dizer que embora muito já tenha sido feito, ainda é preciso fazer muito mais. Percebe-se que nos últimos anos não houveram mudanças significativas no cenário da EJA, muito pelo contrário, o índice de

matrículas diminuiu, a taxa de evasão e abandono aumentou e estamos a cada dia mais longe de alcançar o sonho da escola ideal pensada por Paulo Freire e tantos outros, uma escola pública sonhada como lugar de apropriação da cultura e da ciência acumulada historicamente, como condição para o desenvolvimento mental, social, cultural, afetivo dos alunos, uma escola de qualidade para todos, ferramenta cognitiva para preparação de sujeitos para a participação no trabalho, na política, na cultura. Ainda existe um longo caminho a ser percorrido, infelizmente os documentos que fundamentam a EJA no estado do Tocantins e que serviriam para contar a sua história de forma mais profunda ainda deixam muito a desejar, não temos um acervo que disponibilizam essas informações e ao que me parece as pessoas tem muito medo de falar sobre o assunto. Diante disso, acredito que seria pertinente aprofundar os estudos da pesquisa, no intuito de criar um documento em parceria com as regionais de ensino contendo todas as informações a respeito da modalidade de ensino no estado e dar visibilidade e voz a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Um parecer sobre Paulo Freire. In: GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, Brasília: UNESCO, 1996.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008, 464 p

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996.

COLELLO, S. de M. G. **Alfabetização em questão**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Alfabetização e letramento**: repensando o ensino da língua escrita. Videtur, Porto: Mandruvá, n. 29, não paginado, 2004b. Disponível em: <<http://www.hottopos.com>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

COLAVITTO, N.B e ARRUDA, A.L.M.M. Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 5 – nº 1 – 2014.

ERICKSON, F. **Qualitative methods in research on teaching**. Michigan: The Institute for Research on Teaching, 1985.

FREINET, C. **Pedagogia do Bom Senso**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 41. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores (Org.).

Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, p. 26-41, 2010.

FUMIS, J., Costa, R. D. A. d., & Lopes, P. T. C. (2015). Perfil socioeconômico e educacional de alunos de EJA- EAD: compreendendo os motivos de seu retorno à sala de aula. **Revista Ampliar**, 2, 1-12.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito**, 12 edição – São Paulo, Cortez, 2001.

GRAMSCI. Antônio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro vol.1, Civilização Brasileira, 2004.

MOLL, Jaqueline. Projeção e democratização da educação básica. In: ___ *et al.* (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, p. 131-138, 2010.

PAIVA, Jane. **Educação como direito: I Seminário de Pesquisa: desafios de integração entre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, 2008 (Relatório). Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pf/node/134>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 5, n. 2, p. 4-5, nov. 2006. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/eja-no-brasil>. Acesso em: 06 fev. 2020.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura.** Educ. Soc., Campinas, v.23, n.81, p.143-160, dez. 2002.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR**, *online*, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977**, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. Palmas: Diário Oficial do Estado do Tocantins, 2015.

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.